

Inpes discute hipótese de novo congelamento

BRASÍLIA — A hipótese de o Governo adotar novo congelamento dos preços foi levantada na última reunião do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas e Sociais (Inpes), diante da perspectiva de aceleração das taxas de inflação no fim de 1987. Nas reuniões bimestrais do Inpes, o Governo convida economistas de várias tendências para analisar a conjuntura e discutir correções de rumos para a economia.

Os economistas partiram da suposição de que o Governo só adotaria medidas para reverter o quadro recessivo, que se acena para o início de 1988, se houver eventual estabilização da inflação. E perguntaram:

— Com base em quais indicadores o Governo poderia firmar o diagnóstico de inflação estabilizada?

Lembraram que a "administração das exceções" (produtos com problemas

de custo que seriam reajustados acima da Unidade de Referência de Preços — URP), feita pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), não parece diminuir em volume, e índices de aumento em 15% se tornaram habituais. Como se estabilizaria? A essa pergunta os economistas responderam com outra: "Caminha-se para um recongelamento?"

As indagações acadêmicas não foram respondidas pelos representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, ao qual o Inpes, presidido pelo Secretário Geral, Michel Garthenkraut, é subordinado. Restou apenas certo pessimismo, que contaminou alguns na reunião. "A situação é muito perversa", reconhecem, após refletirem sobre o quadro traçado pelo Inpes e concordam que, academicamente, mesmo sem unanimidade, um

novo congelamento de preços não é descartado.

Insistem que a discussão está "em uma preocupação acadêmica e na esfera das conjecturas", já que foge das intenções do Governo, consciente de que o novo choque não é conveniente, porque os preços relativos ainda não foram todos corrigidos. E fazem um comentário bem humorado: "Ninguém está vendendo o Chico Lopes (Francisco Lopes, um dos pais do Cruzado e de sua reedição no Plano Bresser) circulando pelos gabinetes de Brasília."

A inflação estimada para o último trimestre do ano — a partir de taxa em outubro na casa dos 9,2%, para entre 10,5% e 11,5% em novembro e os mesmos índices em dezembro — preocupa o Governo. "Uma taxa de inflação acima de 10% representa tabu para o Governo", confidenciou uma

fonte, acostumada às evoluções e manobras para conter repiques inflacionários.

No mesmo cenário, duas peças são exibidas. Em uma, o tema é a crença de que a inflação pode se acelerar no último trimestre, mas não está fora do controle do Governo, devendo estabilizar-se na casa dos 10%. Na outra, mais perversa, a dos empresários, o tema é oposto: acreditando que a inflação está fora dos controles governamentais, nada mais natural do que se defender de um futuro choque obtendo aumentos de preços, mesmo que a demanda, muito reprimida, não venha a concretizá-los.

Em um ponto, as posições dos economistas das diversas faces do Governo convergem. Todos acham que as metas de inflação, projetadas entre 5% e 6%, já estão frustradas.

As causas para a mudan-

ça de taxa inflacionária são diversas. O maior vilão, agora, são os aumentos salariais recompondo perdas passadas, como a inflação de 25% de junho, acusados de decretarem o fim do Plano Bresser, na sua última fase, a de flexibilização de preços e salários. Ao seu lado, aparecem as pressões de custos represadas no congelamento, como câmbio, correção monetária dos empréstimos, realinhamento de tarifas e preços públicos e de matérias-primas, como derivados de petróleo e produtos siderúrgicos.

Existem, ainda, as pressões dos preços agrícolas e outra, também fatal para o Governo, promovida pela desconfiança dos empresários. Apostando no descontrole dos gastos públicos e da inflação, eles refletem nas suas previsões índices inflacionários explosivos.